

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS ATOS INSTITUCIONAIS NA REPRESENTAÇÃO DA OPOSIÇÃO NO GOVERNO DE CASTELO BRANCO (1964-1967)

Ana Paula Santos de Oliveira¹
Juliana Tereza de Souza Lima Araújo²

INTRODUÇÃO

Completado meio século da destituição de João Goulart da presidência da república pelas forças armadas, teóricos de diversas áreas abriram uma série de discussões acerca desse período obscuro da nossa história. Dentre as questões levantadas, as concernentes às estratégias discursivas elaboradas para dar legitimidade às ações dos militares mereceram destaque dentro da Análise de Discurso Francesa (AD). Trata-se da abordagem adotada pelo presente estudo, cujo objetivo se volta para a compreensão do funcionamento discursivo da representação dos opositores no governo de Castelo Branco (1964-1967). Para a análise, elegemos como materialidade discursiva os Atos Institucionais (AIs) vigentes durante o mandato de Castelo.

Através da AD de linha pecheutiana, segundo a qual ao dizer o sujeito mobiliza um funcionamento discursivo que remete a formações imaginárias, pressupondo um destinatário que se encontra em uma dada posição no interior de uma formação social, partimos das projeções em questão levando em consideração os efeitos de sentido que as atravessam, sentidos que são produzidos na conjuntura histórico-social da Ditadura Militar no Estado brasileiro.

¹ Doutoranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. na linha de pesquisa Discurso, Sujeito, História e Ideologia

² Doutoranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, na linha de pesquisa Discurso, Sujeito, História e Ideologia

A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA DA ESQUERDA EM ATOS INSTITUCIONAIS

Segundo Pêcheux (1993, p.82), em toda formação social existem regras de projeção responsáveis por estabelecer as relações entre as situações discursivas e as posições dos sujeitos envolvidos no discurso, enquanto emissores e receptores. O mecanismo de funcionamento discursivo supõe uma antecipação das representações que o emissor faz do receptor, afirma o estudioso. Retomando essas formulações pecheuxtianas, Orlandi (2012, p. 40) afirma que o imaginário produz, em uma dada conjuntura histórica, as imagens dos sujeitos entre si, bem como do objeto sobre o qual fala o discurso, fazendo parte desse complexo

a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: imagem que o locutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.

Neste momento, voltaremos nosso olhar, especificamente, para o discurso dos militares, no que se refere à representação dos opositores, levando em consideração o lugar que ocuparam após a destituição de Goulart. Uma vez realizado o levantamento das representações, percorremos as redes de memória e trajetos sociais que determinam suas projeções. Nesse sentido, recorremos novamente a Pêcheux (2008, p.56), para quem “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”.

Para o estudo, partimos, pois, da perspectiva de que o sujeito, ao ser afetado pelo simbólico, isto é, pela língua, sofre um processo de interpelação ideológica, resultando, daí, uma “forma-sujeito histórica capitalista”, nos termos de Orlandi (2007, p.60-61), para quem “[...] é preciso que a língua se inscreva na história para significar”. Assim, ao definir a materialidade discursiva como um processo linguístico-histórico, a autora observa “que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pela qual o sujeito se constitui” (Idem).

Nove dias após João Goulart deixar o comando político do Brasil, uma junta militar, formada por Arthur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald, decretou o primeiro dos AIs, dois dias antes das eleições diretas que elegeria o marechal Castelo Branco o novo Presidente da República. Dirigindo-se diretamente à “Nação”, o decreto, em seu preâmbulo, conceitua a destituição de Goulart como um “movimento civil e militar”, justificando, assim, a tomada do poder. A seguir, destacamos as sequências discursivas que remetem aos opositores do regime militar nos dois atos, destacando as designações referidas.

SD1 - A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (AI-1, 9 de abril de 1964/AI-2, 27 de outubro de 1965).

SD2 - Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. (AI-1, 9 de abril de 1964).

SD3 - O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]. (AI-1, 9 de abril de 1964).

SD4 - Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. (AI-1, 9 de abril de 1964/ AI-2, 27 de outubro de 1965).

SD5 - Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário (1), decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. (AI-1, 9 de abril de 1964).

SD6 - A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão. (AI-2, 27 de outubro de 1965).

SD7 - Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior. (AI-2, 27 de outubro de 1965).

SD8 - Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo

o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. (AI-2, 27 de outubro de 1965).

Observamos nesses primeiros trechos que o discurso militar se direciona, sobretudo, contra o governo anterior, projetado ora como **governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País**, ora como **bolsão comunista**, ora como **elementos da situação eliminada**, distinguindo o movimento militar de **outros movimentos armados** e **agitadores de vários matizes**, visto que se voltavam não para o **interesse e a vontade de um grupo**. Projeta-se, pois, a imagem de um governo que caminhava para a instauração de um regime comunista, exigindo dos defensores da democracia, com o apoio da **Nação na sua quase totalidade**, a libertação do país de seus inimigos internos.

Nesse aspecto, vale lembrar que desde o início de seu governo, João Goulart enfrentou forte oposição de setores conservadores. A situação se tornou insustentável, então, quando, após ampla resistência do Congresso, Goulart buscou o apoio da sociedade, através de comícios, para o Programa de Reformas de Base, com o qual pretendia promover uma série de reformas estruturais no país, como a agrária e a tributária, indo de encontro aos interesses capitalistas.

De acordo com Costa (2014, p.165), o Brasil atravessou, entre os anos 40 e 60, um processo de transformação que consolidou “capitalismo monopolista do país”. Por outro lado, a classe trabalhadora brasileira vivenciou seu ápice em termos de mobilização desde a década de 50: foram 435 paralisações entre 1961 e 1963. Ao mesmo tempo, surgiram entidades representativas da classe, formadas da união de sindicatos, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Comando Geral de Greve (CGC). No período que antecede a queda de Goulart, o país vivenciou fortes ondas de protestos populares, em virtude dos baixos salários e queda na qualidade de vida.

Cabe mencionar Pêcheux (2014, p.130) para quem “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas”, no sentido de que as ideologias atravessam a luta de classes. Nesse sentido, uma série de medidas foi tomada pelos militares após a

tomada do poder na tentativa de calar os movimentos sociais e a oposição ao regime em geral. De caráter autoritário, as medidas foram precedidas de justificativas que buscavam dar legitimidade ao movimento militar. As justificativas tinham como base duas vertentes: a vontade do povo e o respeito ao Estado de direito. Com relação à última é sintomática a menção ao discurso jurídico em seis das oito sequências analisadas, a saber: [...] **a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma** (SD2); **O Ato Institucional que é hoje editado** [...] **se destina a assegurar [...] os meios indispensáveis à obra de reconstrução** (SD3); **Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País** (SD4); [...] **decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República** (SD5); **Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário [...]. [...] traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público** (SD7); **Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais** [...] (SD8).

Nota-se nas sequências a persistência dos militares em reafirmar o Estado de direito como modelo político da nova situação. Trata-se do mesmo modelo de Estado adotado no governo Goulart, com a diferença de que os militares lutavam para preservar o modelo econômico vigente nas duas situações, nem que para isso **certas garantias constitucionais** (SD8) tivessem que ser suspensas.

Em uma primeira análise dos AIs, notamos certa insistência dos militares em reproduzir uma discursividade voltada para a defesa da ação que depôs João Goulart, classificando-a de “autêntico ato revolucionário”. Foram 17 referências ao termo revolução e seus derivados só no primeiro documento e 14 no segundo, seguida da justificativa de que o novo governo traria mudanças significativas ao país. É o que nos revelam as sequências **SD2 - A revolução vitoriosa [...] destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo**; **SD3 - O Ato Institucional [...] se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira,**

política e moral do Brasil; SD5 - [...] decidimos manter a **Constituição de 1946**, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a **missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira** [...].

Dentro da análise proposta, comparando-se as palavras-chaves **constituição do novo governo** (SD2), **reconstrução econômica, financeira, política e moral** (SD3) e **restauração da ordem econômica e financeira** (SD5), observamos uma contradição lexical entre os termos **novo**, **reconstrução** e **restauração**, pois enquanto o primeiro remeteria a algo novo em relação a uma situação anterior, os demais designariam um processo de ressignificação, ou seja, de uma mudança com vistas à manutenção de uma dada ordem. Para compreender as relações entre os termos, recorreremos a Pêcheux (1990, p.9), para quem “se no espaço revolucionário tem-se a passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitável”. Trata-se, acrescenta o autor (Idem), de um processo contraditório, “no qual se trama as relações entre língua e história”. Desse modo, compreendemos que os sentidos de **novo**, **reconstrução** e **restauração** se imbricam no discurso do governo militar de modo a preservar as relações de produção anteriormente existentes. É explícito, pois, nos decretos o real interesse das forças armadas: a **reconstrução/restauração econômica, financeira, política e moral do Brasil**. Portanto, seu discurso se insere em uma Formação Discursiva (FD) voltada para a defesa dos ideais capitalistas.

Dirigindo-se à figura de porta-voz Pêcheux (1990, p.17) afirma que o “[...] o efeito exercido por ele é antes de tudo um efeito visual”. Falando em nome daqueles que ele representa, o porta-voz abre uma interlocução com seus adversários, colocando-se em posição de “negociador potencial”, complementa. Recorrente nos documentos, a figura do porta-voz silencia a voz da sociedade, assumindo como sua seus anseios e vontades, como se vê nas sequências: **A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz [...] o interesse e a vontade da Nação** (SD1); **O Ato Institucional que é hoje editado [...] em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade** (SD3); **A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro** [...] (SD6); [...] **o poder institucionalizante de que a revolução é dotada**

para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior (SD7).

Num momento em que as liberdades individuais e coletivas começavam a ser cerceadas, em que as forças repressivas do Estado davam os primeiros passos rumo à barbárie que se seguiria, não havia espaço para o diálogo, ao contrário das perseguições. “A execução como instrumento de aniquilamento de opositores políticos começou a ser utilizada de forma sistemática a partir do golpe de 1964 e estendeu-se até 1985”, afirma a Comissão da Verdade (BRASIL, 2014, p.439). Revelador do início de um período de forte repressão, a última sequência discursiva ressalta que a “ordem revolucionária”, contrariada por elementos da oposição, procurava [...] **colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático** (DS8). O povo é concebido, pois, como massa de manobra, como um elemento que poderia ser conduzido segundo os interesses da classe hegemônica.

No entanto, a resistência se faz presente nos documentos investigados, atravessando cada representação e tomada de decisão contra a oposição, ainda que seus ideais não estejam explícitos. Assim, vemos a resistência contra-hegemônica atravessando as passagens: [...] **outros movimentos armados** [...] (SD1), [...] **revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade** [...] (SD3), **Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada [...] ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária** [...] (SD8). “A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente”, afirma Orlandi (2007, p.27). Ausência também significativa, o silêncio nos dois primeiros AIs acerca das políticas sociais é revelador de um regime que não se voltava, de fato, para questões sociais.

Considerações finais

O presente trabalho surgiu da necessidade de compreender como a oposição se fez presente no discurso do primeiro governo militar (1964-1967), a partir do que foi explicitado e silenciado na superfície linguística dos dois primeiros Atos Institucionais promulgados na ditadura militar. Assim, fez-se necessário percorrer as filiações de sentidos, retomando uma memória discursiva que ainda hoje é parte do imaginário social brasileiro. Memória estruturada de acordo com os interesses das

grandes potências econômicas mundiais, ameaçadas pelos movimentos de esquerda.

Partimos da concepção da forma-sujeito histórica capitalista, buscando relacionar, de um lado, os ideais de movimentos contra hegemônicos, e, de outro, as estratégias discursivas e medidas repressivas tomadas pelo Estado democrático de direito contra esses movimentos. Relembrando Orlandi (2007, p.61), cabe destacar que, através das Instituições oficiais “podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência”. Dessa forma, o presente estudo nos permitiu atravessar os meandros discursivos do governo militar em sua fase inicial, caracterizada por uma discursividade marcada pela necessidade de dar legitimidade ao período de exceção. A partir do qual pudemos compreender, enfim, as formas das representações dominantes, desvelando regularidades discursivas que ainda marcam o imaginário social brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório final*. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv> Acesso em: 3 fev. 2015.

COSTA, Ricardo. *O PCB, o projeto nacional reformista e o golpe de 1964*. Novos temas: Revista de debate e cultura marxista nº 10, 1º semestre/2014, ICP, São Paulo, 2014, p.165-185.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre ET al. *Papel da memória*. Trad.: José Horta Nunes. 2ª Ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Caderno de Estudos Linguísticos. Nº 19. Campinas/SP. Jul/dez 1990, p.7-24.

_____. *Estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª Ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

SILVA, HELIO. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985. (Coleção Universidade livre).